

1. INTRODUÇÃO (assunto, objetivos e outros elementos para situar o tema).

Falar sobre paz sugere profunda reflexão sobre a qualidade das relações humanas, onde a convivência pacífica passa necessariamente pela realização das pessoas em suas necessidades básicas, tanto materiais quanto emocionais. A paz se manifesta nos comportamentos, que são a expressão do emocional humano. O emocional se desenvolve na convivência com as outras pessoas em sociedade. Conforme a dinâmica desta convivência, estruturas se consolidam no amor ou no medo. Ampliar espaços de formação em cultura de paz e multiplicar educadores comprometidos com a educação para a paz surgem como iniciativas indispensáveis para estimular uma nova forma de pensar, sentir e fazer das pessoas que colaboram para a construção de uma sociedade mais harmônica, fraterna, justa e engajada na promoção constante da paz. Sendo assim, a cultura da paz para ser estabelecida exige o preparo de grupos que possam atuar nas mais diversas áreas da sociedade, a fim de educar para a paz. Se as pessoas são responsáveis pelo contexto atual de vários males como desigualdade, destruição ambiental, miséria, entre outros, também podem ser responsáveis por criar espaço para transformações que precisam ser realizadas, utilizando os valores inerentes à inteligência espiritual (MATOS e VIEIRA, 2001).

Este trabalho, além de apresentar uma revisão bibliográfica, sugere a necessidade de se refletir sobre o que se pode fazer, individualmente ou em equipe, para se criar um clima propício para o desenvolvimento da Cultura de Paz em ambientes pedagógicos.

Decorrentes desse objetivo inicial, seguem os objetivos específicos: revisitar experiências bem sucedidas de implantação da Cultura de Paz, refletir sobre a responsabilidade de cada uma das diversas categorias: docentes, alunos e funcionários, para atingir os objetivos altruístas e construtivos dentro das instituições, bem como desenvolver uma sociedade mais solidária.

Como contribuição para a área da gestão universitária, trata-se de um momento para reflexão e criação de oportunidades práticas para criar um ambiente genuíno de bem-estar e satisfação para qualquer instituição do país.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - Conceitos essenciais

2.1 - Espiritualidade

Segundo Alencar et al (2021, p. 95), o conceito de espiritualidade origina-se do latim *spiritus*, que significa: *cheio de espírito ou inspirado*. Segundo esses autores, “abrange todas as expressões de religiosidade, independentemente de religiões, sendo considerada na atualidade como o conceito superior que aglutina inúmeros fenômenos religiosos”. Nota-se a diferenciação entre religião e religiosidade nesta definição. A espiritualidade diz respeito ao contato da pessoa com o seu “Eu” superior, contato este que faz da vida uma jornada mais interessante e dinâmica, como se costuma dizer, a arte de bem viver! (MATSUSHITA, 2022). Silva e Goto (2020, p. 43) estudaram o tema psicologia e espiritualidade utilizando a revisão de literatura, para identificar os conceitos existentes e tecer um cenário no Brasil. De acordo com tais autores, o fato de o Brasil ser um país religioso, torna a correlação entre espiritualidade, religião e religiosidade bastante significativa. No referido trabalho verificou-se a prevalência da associação da espiritualidade à busca de sentido, significado e propósito de vida; da relação com o transcendente ou transcendência; da relação com o sagrado; e com a ideia de divino ou força superior. A espiritualidade pode também se conectar a ideias como: relação do “Eu” com o universo, com o cosmos, consigo mesmo e com os outros; atitude interna, força interior, reflexão, tomada de consciência ou razão; crescimento humano, transformação individual e amadurecimento; energia; abertura e dinamismo; fé, crenças e pensamento positivo; valores morais como esperança, respeito, confiança, amor, compaixão, tolerância, paciência, perdão, responsabilidade e harmonia; e também, algo imaterial e que transpõe o estado emocional e biológico – algo essencial que controla mente e corpo (MATSUSHITA, 2022).

A espiritualidade pode então, ser compreendida como uma habilidade humana, independente de crença ou prática religiosa, que diz respeito à forma como uma pessoa lida consigo mesma, com o outro e com o ambiente. Pode ainda ser definida como um conjunto de aptidões alcançadas por quem se propõe ao esforço executado no desenvolvimento de práticas que levam à transcendência e ao encontro de um significado para a vida. A espiritualização pode ser considerada como um processo de aquisição de habilidades relacionadas com o aprender a ser e a conviver, essenciais para o estabelecimento da paz em si mesmo e na interação com o outro. Baseia-se no autoconhecimento, que constitui o bem-estar próprio e das relações sociais baseadas no diálogo e respeito mútuo. Portanto, ser espiritualizado está diretamente ligado à busca pelo diálogo e todo o conjunto de premissas que implicam na comunicação intencional. Trata-se de ter consciência sobre ser e permitir que o outro seja, a partir do encontro que cada pessoa pode criar com o seu Eu superior (MATSUSHITA, 2022).

Cabral (2016, p. 44) tece uma análise da obra “O Espírito do Ateísmo”, de Comte-Sponville, e propõe uma discussão sadia entre crédulos e incrédulos com a finalidade de se alcançar um convívio pacífico sem se submeter aos princípios nem depreciar o pensamento distinto. Comte-Sponville (2015, p. 129) distingue o conceito de espiritualidade da ideia de religião, afirmando que esta é uma de suas expressões, “como o todo e a parte, o gênero e a espécie”. Aborda esta distinção afirmando que espiritualidade nem sempre é religiosa, mas que toda religião abrange a espiritualidade. Afirma que a busca de um significado para a vida é intrínseca à condição humana e pode ser exercitada a partir de uma espiritualidade não-religiosa, apresentando assim, uma nova perspectiva sobre a procura pela elevação humana. Ser espiritualizado, entre outras definições, corresponde a olhar para o mundo como se fosse pela primeira vez, desprovido de críticas ou juízo de valores, utilizando apenas a liberdade para si mesmo e para o outro, que passa a ter espaço para decidir por si mesmo e se expressar plenamente no mundo. Estando o homem livre de opiniões prévias ou pré-conceitos, não percebe a vida como um risco, mas como uma jornada que lhe oferece infinitas oportunidades de aprendizado. Transcender os receios e temores gerados, muitas vezes, por outros homens

também com receios e temores, talvez seja o grande desafio a ser superado, o que, em última instância, será alicerce sólido para a construção da paz (MATSUSHITA, 2022).

2.2 - Inteligência Espiritual

De acordo com o Dicionário Online (2020), inteligência é a “habilidade para entender e solucionar adversidades e problemas, adaptando-se a circunstâncias novas; faculdade de conhecer, de compreender; intelecto: a inteligência distingue o homem do animal.” Também é definida como uma função psíquica que contribui para uma pessoa consiga entender o mundo, as coisas e situações, a essência dos fatos. Zohar e Marshal (2020, p. 17) asseguram que inteligência intelectual/racional é a que atua na resolução das questões complexas. Esta inteligência permaneceu por algum tempo como única, envolvendo o uso de habilidades necessárias ao processo de solução de problemas do cotidiano. Criou-se, então, o chamado coeficiente de inteligência (QI), que foi associado a grandes nomes da história da ciência mundial: Albert Einstein, com a Teoria da Relatividade, e Stephen Hawking, com teorias sobre tempo, espaço e o surgimento do universo, entre outros (MATSUSHITA, 2022).

No entanto, notou-se que havia outros tipos de inteligências capazes de levar os indivíduos a refletirem sobre a existência e propor soluções práticas para as demandas cotidianas. Estas aptidões não eram da natureza da inteligência cognitiva, mas tinham origem em outras formas de apreender a vida e compreender o mundo. Goleman (1996, p. 04) realizou pesquisas com neurocientistas e psicólogos na década de 90 e lançou o conceito de inteligência emocional ou quociente emocional – QE, que trata das habilidades humanas relacionadas com a captação e o entendimento das emoções e sentimentos próprios e do outro, ou seja, do princípio da empatia e da compaixão. Aborda a relevância do conhecimento e entendimento das estruturas do cérebro humano, que atuam no controle dos impulsos emocionais mais destrutivos, como a raiva e a ira, que fogem ao uso da razão. Apresenta as aptidões relacionadas ao controle das emoções e sentimentos, como premissas básicas para a vida em sociedade (MATSUSHITA, 2022).

Com o avanço das investigações no campo das inteligências humanas, surge, entre várias categorias, o conceito de inteligência espiritual, ou quociente espiritual – QS. Zohar e Marshal (2020, p. 17), definem inteligência espiritual como o conjunto de habilidades com as quais se ampliam contextos de vida, mais rico e gerador de significados, “a inteligência com a qual podemos avaliar que um curso de ação ou caminho faz mais sentido do que outro”. O QS, resumidamente, possibilita a utilização da criatividade, da mudança de regras, do senso moral, da capacidade de fazer escolhas, de sonhar e de superar as adversidades da vida. Ainda de acordo com esses autores, existem algumas habilidades essenciais da inteligência espiritual, como a transcendência do físico e do cotidiano; a utilização de recursos espirituais para resolver problemas; praticar perdão; expressar a gratidão; exercer a humildade; demonstrar compaixão e sabedoria. A inteligência espiritual leva à busca pela transcendência, pela superação de si mesmo, de limitações físicas e socioafetivas. Compreender a inteligência espiritual torna-se busca constante em favor de relações mais saudáveis, com seres mais conscientes do propósito de suas existências e de suas relações com outras consciências (MATSUSHITA, 2022).

Conforme enfoque evolutivo e biomédico, Matsushita (2022, p.12) afirma que “existe uma predisposição da humanidade para desenvolver a inteligência espiritual; isso corresponde a um conjunto de habilidades humanas favoráveis a convivências mais harmônicas, com maior integridade e destinadas ao bem-estar coletivo”. Conclui-se que a paz começa em cada um e a escola inclusiva é capaz de estimular comportamentos mais fraternos e solidários e a expansão de consciências mais hábeis na convivência com a diversidade (MATSUSHITA, 2022).

2.3 - Propósito de vida

Encontrar e desenvolver o propósito de vida não é tarefa simples nem fácil, conforme discorre Carolina Shinoda em seu livro “Propósito de vida”. Entretanto, segundo a autora, uma vez conhecido, o propósito de vida guiará o indivíduo em sua jornada existencial.

Antes de definir o termo propósito, Shinoda analisa alguns mitos sobre o tema: só os iluminados e ricos possuem propósito; o propósito soluciona todos os problemas, é algo grandioso e único por toda vida, voltado para o sucesso individual. Surge daí a definição proposta pela autora: “Propósito é a intenção de colocar suas *capacidades* a serviço de algo *significativo* para você e com *impacto além de si*, por meio de *projetos de vida*.” (SHINODA, 2021).

Decorrente desta definição mais ampla, o propósito organizacional diz respeito à necessidade de se definir alguns conceitos, tais como: missão (o que a empresa faz), visão (o que a organização quer ser no futuro), valores (atitudes e comportamentos) para finalmente se definir o propósito da organização, ou seja, como ela oferece valor para a sociedade (perspectiva além de si) (SHINODA, 2021). Segundo a autora, quem tem um propósito claro sente maior bem-estar (também chamado de felicidade) no dia a dia, apresenta melhor saúde física e tem menor propensão à ansiedade e à depressão; aproveita sua jornada de desenvolvimento e compreende o que de fato é importante para viver uma vida significativa e com sentido. Isto é campo fértil para o desabrochar da paz!

2.4 - Cultura da Paz

É praticamente impossível se falar em paz sem citar autores como Maria Montessori e Paulo Freire, principalmente no que se refere à paz na educação.

Maria Montessori – A Educação e a Paz

Publicada pela primeira vez em 1949, a obra “A educação e a Paz” permanece atual, pois o homem ainda não aprendeu a viver em paz, embora já estejamos no terceiro milênio.

Em sua obra, a autora reflete sobre a necessidade de se impregnar de paz ambiente educacional, referindo-se à paz como uma construção diária e permanente, repleta de sabedoria e amor ao próximo, não apenas a ausência de guerra ou resultado de negociações, conceito este extremamente reducionista e vazio. Paz se aprende! Como?

No cotidiano, promovendo uma reforma social construtiva pautada por um mundo solidário e responsável, desenvolvendo a cooperação ao invés da competição, preparando o homem para ser cidadão, semeando sua organização moral, para assumir o controle do progresso e lhe conferir significado (MONTESSORI, 2014).

Segundo Montessori, a Educação estimula mudança de visão de mundo, bem como a construção da fraternidade mundial das crenças, além da responsabilidade e aprendizagem da interdependência que une e da diversidade que enriquece. Para ela, o papel da escola é construir o futuro, as relações entre as pessoas e destas com seu ambiente: como respeitar o planeta se não se respeita o colega de classe? A escola ensina respeito: ao ser humano, às diferenças, limitações, potencialidades e talentos humanos. A cooperação universal é fundamental para a busca do progresso (MONTESSORI, 2014).

O que detona uma guerra não é uma fronteira geográfica que separa dois países e sim o despreparo do homem em conviver pacificamente numa sociedade, criando impacto sobre o planeta: o mesmo homem que conquistou a Terra, pode destruí-la conforme optar por ações imprudentes e egoístas de profundo desrespeito aos seus semelhantes (MONTESSORI, 2014). A Educação construtora da paz vê como aspecto positivo da paz a reforma social construtiva humana sobre uma base científica porque “a harmonia e a paz social só podem ter um fundamento: o próprio homem. Agora é indispensável refletir seriamente sobre o aspecto humano das coisas se quisermos permitir que os homens aprimorem sua situação. Está aí a tarefa da Educação” (MONTESSORI, 2014).

Paulo Freire – Um referencial para a cultura da paz/Educação para a paz

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 1986, p. 78). Partindo desta reflexão de Paulo Freire, Marcio Cardoso e Karine Silva enfatizam, em seu artigo, o poder da palavra e do discurso como ferramenta de construção da história da humanidade. Palavra é ação que humaniza, problematiza, reflete, cria e recria o mundo e a si mesmo; o diálogo é o encontro de diferentes onde a consciência se constrói. É operando a palavra que nos tornamos sujeitos capazes de ler e escrever a história (CARDOSO e SILVA, 2013).

Educação Bancária X Educação para a Paz - outra contribuição deixada por Freire é sua forte e contundente crítica à educação “bancária”, que silencia e, assim, anula o educando; se colocando a serviço da opressão e da cultura do silêncio. Por “educação bancária” entende-se o modelo onde o aluno é um simples depositário de conhecimentos, fórmulas, datas e textos, sem qualquer possibilidade de visão crítica ou criativa, sendo apenas um mero receptor de informações, sem qualquer possibilidade de interpretação dos fatos.

Na concepção ‘bancária’ que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da ‘cultura do silêncio’, a ‘educação bancária’ mantém e estimula a contradição (FREIRE, 1986, p.59).

O modelo proposto por Freire é o da Educação para a Paz, onde o pressuposto da dialogicidade é fundamental, assim como a consciência do inacabamento e, com isso, a história aberta para construção, argumentos presentes na teoria freiriana. Nessa aproximação, encontramos aspectos muito especiais da história de Paulo Freire que reforçam a relevância dele como um Educador para a Paz, como afirma Ana Maria Freire (CARDOSO e SILVA, 2013).

“Não foi por acaso que Paulo foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz em 1993. Foi por esta sua postura de coerência impregnada de generosidade, mansidão e respeito diante das diferenças étnicas, religiosas, políticas; por sua tolerância autêntica diante das diversidades de posturas e leituras de mundos culturais dos homens e mulheres no mundo; por seu comportamento de cuidado ético com as vidas; por sua luta incessante pela Paz através da sua compreensão de educação para a autonomia e libertação” (FREIRE, 2006, p. 388).

A pedagogia freireana traz aspectos que transitam entre utopia e possibilidades concretas, na medida em que coloca as pessoas como protagonistas na construção de suas próprias histórias e, assim, da história coletiva. Isso leva a crer que uma Cultura de Paz e, ainda, uma Educação para a Paz sejam questões viáveis de construção no cotidiano e nos processos educacionais (CARDOSO e SILVA, 2013).

Como afirma Ana Maria Freire: “para Paulo a Paz não é um dado, um fato intrinsecamente humano comum a todos os povos, de quaisquer culturas. Precisamos desde a mais tenra idade formar as crianças na ‘Cultura da Paz’, que necessita desvelar e não esconder, com criticidade ética, as práticas sociais injustas, incentivando a colaboração, a tolerância com o diferente, o espírito de justiça e de solidariedade (FREIRE 2006, p. 391).

Paulo Freire nos revela que a paz não é uma condição espontânea, assim como a violência; ambas são criadas e desenvolvidas. Portanto, é viável que se esclareça um conjunto de conhecimentos que pense a paz, na educação e na formação de professores, bem como de saberes, práticas e experiências que conduzam à reflexão, análise e sistematização, nos revelando o mundo. Não foi por acaso que Paulo Freire ganhou, em 1986, o prêmio da UNESCO de Educador para a Paz. Em seu discurso de agradecimento, sintetiza o que ele entende por educar para a paz: “De anônimas gentes, sofridas gentes, exploradas gentes aprendi, sobretudo, que a Paz é fundamental, indispensável, e Paz implica lutar por ela. A Paz se cria, se constrói *na* e *pela* superação de realidades sociais perversas, na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para

a Paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças, o torna opaco e tenda a miopizar suas vítimas (FREIRE, 2006, p. 388).

Freire fala da necessidade de compreender a Paz a partir de uma perspectiva crítica e relacional, não a paz como sistema “harmônico” em que os indivíduos se “ajustam” à ordem estabelecida, ou, pior ainda, lugares onde não existam conflitos de nenhuma ordem, onde todos vivam passivamente uma inércia infértil, a “pazmacera”. Ele acredita que educar para a paz é educar para a luta contra toda forma de injustiças e aviltamentos; é quebrar o silêncio infértil, que oscila entre a ordem e o caos, buscando estruturas mais justas e iguais, permeada de valores de uma nova cultura, a cultura da paz. Falar em educação para a Paz é falar de uma educação para vivência plena da cidadania, onde a própria paz é promotora de conflitos e desordens. Educar para Paz é educar para a vivência de um conjunto de valores que incluem ética, justiça, respeito, diálogo, solidariedade, fraternidade, entre outros (CARDOSO e SILVA, 2013).

Ao defender a educação baseada na conscientização, colaboração, participação e na responsabilidade sociopolítica, Paulo Freire renega a visão tradicional de paz, que mantém a ordem e a tranquilidade, e insere a possibilidade da paz no campo da ação e do diálogo, da convivência respeitosa entre os diferentes que optam pelo diálogo como forma de se emancipar e se empoderar; ensina que o “existir” só é possível através da autonomia e de uma relação ética com o outro, tornando todos aptos a resolverem seus conflitos. A paz não é construção individual ou isolada, mas tarefa coletiva e comunitária (CARDOSO e SILVA, 2013).

Em suma, para Paulo Freire “A Paz se cria, se constrói na busca incessante da justiça social.”, que pode se fazer com generosidade, amorosidade e tolerância, embutida em sua obra teórica e prática, levada a todos os povos, gêneros, religiões e idades. Sem fome, sem falta de hospital e saúde, sem falta de escolas e sem analfabetismo generalizado, sem falta de moradia, comida e saneamento. Sem discriminações, sem elitismos, sem autoritarismo e sem a centralização desumanizante daqueles que se autodenominam “donos da democracia” (FREIRE, 2006).

A verdadeira paz é muito mais do que ausência de guerra. Envolve desenvolvimento econômico e justiça social. Supõe a defesa do ambiente global e o decréscimo da corrida armamentista. É democracia, diversidade e dignidade; respeito aos direitos humanos. (PUREZA, 2000).

3. METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa ocupa lugar de destaque entre as alternativas para estudar fenômenos que envolvam seres humanos e suas relações em âmbito social, familiar ou empresarial. O pesquisador deve ter como base a utilização de sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados (GODOY, 1995).

Nesta linha de pesquisa a preocupação é com o processo e não apenas com os resultados. O interesse maior é verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades e interações diárias, bem como o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida (GODOY, 1995).

Quando se lida com problemas desconhecidos e a pesquisa é de caráter exploratório, este tipo de investigação parece ser o mais adequado. Quando o estudo é de cunho descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno de forma ampla, na sua complexidade, é provável que uma análise qualitativa seja a mais adequada. Ainda quando o foco for o entendimento da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode resultar em dados expressivos e pertinentes. Nesse sentido, optar pela

metodologia qualitativa se faz após delimitar o problema e determinar os objetivos da pesquisa a ser realizada (GODOY, 1995).

Mesmo com grande diferença entre os trabalhos chamados qualitativos, alguns aspectos essenciais identificam os estudos desta natureza. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. Os estudos ditos qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem o foco é o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e o fenômeno a ser estudado, que pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. O pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação de dados (GODOY, 1995)

A pesquisa qualitativa é descritiva: a palavra escrita ocupa lugar de destaque nessa abordagem, desempenhando um papel fundamental para a coleta de dados e apresentação de resultados. Substituindo a expressão quantitativa e numérica, os dados coletados aparecem como transcrições de entrevistas, anotações, fotografias, desenhos e outros documentos. Buscando uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado, considera que todos os dados da realidade são relevantes e devem ser investigados. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser analisados integralmente, observados como um todo, por inteiro (GODOY, 1995).

Para Matos e Vieira (2001, p. 40), “a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados e publicados por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, sobre o tema que se deseja conhecer”.

Revisão bibliográfica, também conhecida como revisão da literatura, é um processo de pesquisa que busca analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre um determinado tema. É um método de pesquisa observacional e retrospectivo, que se baseia na análise de artigos científicos, livros, teses, dissertações e outros materiais relevantes sobre o tema escolhido.

A revisão bibliográfica é uma ferramenta metodológica essencial para a pesquisa acadêmica, permitindo a construção de um conhecimento sólido e a identificação de novas áreas de investigação. Pode ser utilizada como metodologia em diversas situações, como: fornecer embasamento teórico para pesquisas, contextualizando o tema e apresentando o assunto. A partir da análise da literatura, a revisão bibliográfica pode ainda gerar novas questões de pesquisa e auxiliar no desenvolvimento de projetos futuros. A revisão bibliográfica pode também ser utilizada para comparar os resultados de uma pesquisa com os encontrados em estudos anteriores, validando ou contrastando premissas já existentes.

Existem diferentes tipos de revisão bibliográfica, cada um com suas características e objetivos específicos: sistemática, narrativa e integrativa. A revisão sistemática se utiliza de métodos explícitos e replicáveis para identificar, avaliar e sintetizar evidências relevantes sobre um tema. A revisão narrativa apresenta uma visão geral do nível mais atual e completo de uma área do conhecimento, sem a utilização de métodos explícitos e replicáveis. Finalmente a revisão integrativa combina elementos das duas definições anteriores buscando identificar, avaliar e sintetizar evidências relevantes e apresentar uma visão geral sobre o tema eleito. No caso deste artigo, a revisão bibliográfica é narrativa, pois se propõe a apresentar uma visão ampla e geral sobre o tema da Cultura da Paz e suas aplicações práticas na área educacional.

Quanto à análise de dados, esta pesquisa foi qualitativa e descritiva, com foco na análise de conteúdo, uma vez que discorre sobre autores que trataram o tema e apresenta trabalhos onde a Cultura da Paz foi praticada com êxito.

4. RESULTADOS

4.1 – CULTURA DA PAZ/FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM FORTALEZA/CEARÁ – TESE DE DOUTORADO - LÍVIA MARIA DUARTE DE CASTRO, 2018.

Na Universidade Federal do Ceará, Lívia de Castro realizou, em 2018, um estudo, que visava inicialmente mostrar as práticas em Cultura de Paz com educadores da rede municipal de ensino. Procurou ainda conhecer em que medida a formação de educadores em Cultura de Paz contribuiu para que educadores da rede municipal de ensino buscassem construir, em seus espaços de atuação, novas práticas voltadas à promoção de uma Cultura de Paz.

Seu estudo teve como objeto as práticas de Educação para a Paz que ocorreram a partir da formação em Cultura de Paz dos educadores pertencentes à rede pública municipal de ensino de Fortaleza, que atuavam como técnicos, formadores e coordenadores da modalidade Educação de Jovens e Adultos. Contribuiu com formação em Cultura de Paz, por meio de conhecimento teórico e prático, com novas iniciativas e ações voltadas à promoção dessa cultura. O objetivo do estudo foi investigar como se desenvolvem, a partir do processo formativo, as possibilidades de práticas para uma Educação para a Paz (CASTRO, 2018).

Em um primeiro momento, o estudo visava à formação de professores em Cultura de Paz, bem como dar uma maior visibilidade às questões que envolvem a temática, além de trazer a possibilidade do diálogo, no que se refere à realização de um trabalho que buscasse contribuir com proposições práticas, e de abordar de forma mais direta o tratamento dado ao tema na universidade e nos demais espaços educativos, destacando a escola (CASTRO, 2018).

Elaborou uma proposta de trabalho, desenvolvida no doutorado, com o intuito de oferecer aos educadores uma formação que viesse a proporcionar subsídios para compreenderem o conceito de paz e contribuir com o debate e o estudo sobre temas fundamentais para construção de uma cultura de paz; temas que devem ser apreendidos como complemento necessário à formação curricular. Dessa maneira, colaborou para a difusão de práticas sensíveis a dimensões afetivas e cognitivas que visam a uma educação mais humanizada. Realizou um trabalho direcionado à formação de educadores para a paz a fim de verificar a inserção de práticas em cultura de paz no cotidiano dos(as) educadores (as) participantes deste processo (CASTRO, 2018).

Nessa perspectiva, o referido trabalho visou melhorar as ações voltadas à promoção da paz, pois considerou necessário que os educadores aprofundassem seus conhecimentos sobre o tema, obtendo uma compreensão mais ampla sobre conceitos indispensáveis ao trabalho que promove a Cultura de Paz, destacando os conceitos de paz e educação para a paz (CASTRO, 2018).

Objetivo geral: investigar como se desenvolvem, a partir do processo formativo, as possibilidades de práticas para uma educação para a paz. Objetivos específicos: 1) analisar em que medida a formação contribuiu para que os educadores ressignificassem o conceito de paz, 2) registrar as ações que foram realizadas a partir da formação, 3) Descobrir que mudanças os educadores identificaram em suas concepções a partir da formação sobre paz (CASTRO, 2018).

O trabalho foi desenvolvido com um grupo composto inicialmente por 25 educadores da rede pública do município de Fortaleza, entre técnicos, professores e coordenadores da Secretaria Municipal de Educação – SME, que atuavam na Educação de Jovens e Adultos – EJA. A escolha por esse grupo se deu inicialmente pela demanda de formação por essas próprias categorias. Desses 25, 15 educadores concluíram a formação (CASTRO, 2018).

Ao longo do trabalho, a autora descreve a formação realizada na FAGED – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, entre março e junho de 2016, detalhando estratégias como: oficinas, fóruns de discussão, encontros presenciais, atividades à distância em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), que permitiram alcançar os objetivos

inicialmente propostos, com o foco na formação destes educadores como multiplicadores no tema. Posteriormente foram realizadas entrevistas e elaboração de planos de ação com os educadores formados e habilitados a desenvolver ações educacionais sobre Cultura da Paz.

Concluiu que cada vez mais ações vêm sendo realizadas nos diferentes espaços educativos, inseridas de fato no cotidiano, contribuindo para que a paz seja aprendida e sobretudo vivenciada. Nesse sentido, também discutiu a formação dos educadores na perspectiva da Cultura de Paz, a qual possibilitou, por meio das aprendizagens desse processo formativo, que ações pudessem ser inseridas nos Distritos de Educação da Prefeitura de Fortaleza, destacando o papel da extensão nessa experiência (CASTRO, 2018).

Foi constatado que o curso contribuiu para a formação dos educadores, com a resignificação do tema conflito, possibilitando uma visão libertadora. De alguma forma eles foram afetados, pois expressaram e desenvolveram o aprendizado tanto no discurso quanto na ação. As repercussões podem não ter sido explícitas, mas pelas falas, observou-se que tal formação mobilizou significativamente os participantes (CASTRO, 2018).

Acredita-se que é possível vivenciar uma cultura de paz, pois o ser humano é capaz de construí-la. Assim, contribuir com a formação de educadores é fundamental, pois estes são agentes importantes no processo de desenvolvimento dessa cultura, podendo ser multiplicadores dessa proposta nos espaços onde atuam, pois lidam diretamente com a formação de jovens e crianças. Investir em pesquisas e propostas formativas sobre o tema paz favorecerá a sementeira dessa proposta. De acordo com Mattos (2006) a ideia é de que o educador deve investir no seu aperfeiçoamento para contribuir, efetivamente, com outras pessoas (CASTRO, 2018).

Retomando os objetivos iniciais deste estudo, os dados coletados e apresentados pelos participantes, verificou-se que, apesar das dificuldades existentes no sistema educativo, é possível sim a realização de ações voltadas à construção de espaços de paz, além da possibilidade de desenvolver práticas nesse sentido, superando conflitos e manifestações de violência, pois, apesar dos entraves nas questões burocráticas, do excesso de temas de um currículo ainda voltado para a questão conteudista, as ações foram realizadas e as sementes plantadas, despertando especialmente os princípios da igualdade, de justiça e a vivência de valores humanos, contribuindo assim para promoção da Cultura de Paz (CASTRO, 2018).

A pesquisa mostrou que a formação de educadores em Cultura de Paz contribuiu para que esses educadores não só repensassem ou agregassem às suas práticas uma nova maneira de atuação, mas também favoreceu o conhecimento teórico e prático sobre a temática em questão, estimulando trabalhos posteriores que englobassem a educação para a paz (CASTRO, 2018).

É valioso destacar que educadores participantes da referida formação passaram a resignificar os conceitos, demonstrando ideias novas em relação a vivenciar conflitos, a conceber a paz não como passividade, o que se constatou nas discussões apresentadas durante os fóruns propostos no ambiente virtual de aprendizagem e em especial na realização das ações (CASTRO, 2018).

A resignificação pode ser constatada no que se refere à paz antes compreendida como tranquilidade e passividade; que passou a ser associada à prática do respeito, à convivência com as diferenças e a igualdade de direitos, a partir de uma ótica positiva (JARES, 2002). Ou como orienta Freire (2006) uma paz intrinsecamente associada aos processos de transformação social, sendo possível promover igualdade e respeito (CASTRO, 2018).

Além do tema paz, foi detectada uma nova percepção do termo conflito, visto inicialmente como algo negativo; passou a ser encarado como inerente à condição humana: o diferencial foi apenas *como* se lida com ele e *quais* ferramentas se utiliza para resolvê-lo. (CASTRO, 2018).

Em suma, as práticas de educação para a paz em âmbito acadêmico serão possíveis mediante processos de formações continuadas e permanentes, que colaboram para modificar as concepções e práticas dos educadores em suas vidas e no cotidiano escolar (CASTRO, 2018). “A cultura de paz é uma iniciativa de longo prazo que considera os contextos histórico, político, econômico, social e cultural de cada ser humano e da sociedade. É necessário aprendê-la, desenvolvê-la e colocá-la em prática no cotidiano familiar, regional ou nacional. É um processo que, tem início, mas nunca pode ter um fim. A paz é um processo constante, cotidiano, porém não passivo. A humanidade deve se empenhar para promovê-la”. (MEC, 2010).

4.2. CONTRIBUTOS DO CURRÍCULO EM PROL DE UMA EDUCAÇÃO PARA A PAZ – TESE DE DOUTORAMENTO - MARIA JOSÉ MARQUES LIMA – UNIVERSIDADE DO MINHO/PORTUGAL – 2022

Em sua tese de doutorado, Maria José Lima investiga a Educação para a paz na prática, e como o currículo de uma escola pode contribuir para o desenvolvimento de docentes e discentes no tocante ao tema.

A pergunta principal desta pesquisa foi: quais as contribuições do currículo em prol da educação para a paz? Constam ainda outras perguntas: o que a comunidade escolar (professores, alunos, gestores e funcionários) entende por educação para a paz? Como o currículo da escola pública contribui para a educação para a paz? Tais perguntas nortearam a pesquisa (LIMA, 2022).

O objetivo geral do trabalho foi compreender os aspectos do currículo em prol de uma educação para a paz em uma escola pública para jovens e adultos. Foi feita uma pesquisa de abordagem qualitativa descritiva, por meio de um estudo de caso de uma das escolas intitulada Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), da cidade de Fortaleza/Ceará, Brasil (LIMA, 2022).

O estudo realizado trata do currículo relacionado à educação para a paz, que se apresenta na escola de jovens e adultos e produz conhecimento, conduzindo a aprendizagem escolar através dos seus projetos e atividades. Os objetivos específicos são: descrever as experiências bem sucedidas da escola em questão na busca de uma educação para a paz; escutar os integrantes do contexto escolar (alunos, professores, gestores e funcionários) sobre entendimento e alcance da educação para a paz; revelar elementos curriculares e atividades interdisciplinares presentes no ambiente escolar que tratam do tema; realizar encontros e experiências na escola com base na vivência e reflexão de ações de uma educação para a paz (LIMA, 2022).

Os estímulos e razões para este estudo perpassam pela experiência da pesquisadora como professora, coordenadora escolar e mais recentemente, regente da biblioteca na escola. Existe ainda, a paixão pela educação de jovens e adultos; daí o seu envolvimento com as atividades da escola, algo que sente, também, em muitos professores e professoras da escola em estudo, promovendo um clima de empatia que facilitou o desenrolar da pesquisa.

Justifica-se como essencial um currículo permeado pelas premissas da educação para a paz, no âmbito das escolas de tipologia CEJA, para a promoção do bem-estar e sucesso das pessoas no ambiente escolar e subsequente melhoria da integração capacitada dos indivíduos no contexto sociocultural. Assim, deve-se procurar a unificação do currículo nesses centros escolares de forma inter e transdisciplinar, usando os temas transversais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim como temáticas de documentos mundiais oficiais. A pesquisa, segundo os resultados apresentados, considera-se como uma contribuição para a comunidade acadêmica e, também, para as políticas públicas da educação de jovens e adultos, assim como na melhoria da atividade de ensino como um todo (LIMA, 2022).

O processo educativo tem questões centrais: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. Não basta acumular informações, é preciso romper com a visão simplista de privilegiar a dimensão intelectual ou a dimensão afetiva, uma vez que ambas são essenciais e complementares. A promoção da educação integral implica na totalidade, singularidade e diversidade que impõe o respeito às diferenças e diversidades (LIMA, 2022).

Pensar a educação para a paz requer uma visão integrada, onde não cabe defini-la como mero repasse de conteúdos segmentados e dispersos, muitas das vezes, sem qualquer associação com a realidade da escola, numa mera formalização superior. Também não se pode pensar ou praticar qualquer movimento de exclusão: o intuito é sempre de incluir, acolher (LIMA, 2022).

É sobre essas ideias que se discorre a educação para a paz no currículo do CEJA investigado, valorizando as relações humanas, o que ocasiona a transformação dos indivíduos, e, por fim, de forma desejável, uma transformação paralela da sociedade, que nunca será alcançada sem os indivíduos, considerados na sua essência de círculos de pertencimento, com direitos e deveres, cuja liberdade se harmoniza com a convivência sadia e com a tolerância e a aceitação dos outros, sem que isso implique colocar em risco os direitos humanos, tal como são definidos pela Carta da ONU. Assim, a educação para a paz pode desenvolver uma educação pautada em valores humanos: justiça, cooperação, respeito, igualdade (Jares, 2007). Isso infelizmente difere do que se tem visto nos ambientes escolares: incentivo à competitividade, ao individualismo, à falta de ética e valores humanos na relação com o outro (LIMA, 2022).

Diante desta realidade, é urgente trabalhar em nossa sociedade valores humanos como cooperação, solidariedade, preservação do meio ambiente, respeito à diversidade, diálogo, participação e cidadania para que se alcance a cultura de paz e se construa uma sociedade que defenda a vida com justiça e equidade para todos (LIMA, 2022).

O conceito de paz está, portanto, alicerçado em dois conceitos fundamentais: concepção de paz positiva e perspectiva criativa do conflito, que pretende desenvolver um novo tipo de cultura, a cultura de paz, que auxilie no entendimento crítico da realidade desigual e violenta na busca de se ter uma atitude diante dela. Um diálogo amoroso, generoso, manso, tolerante e respeitoso diante das diferenças, sejam elas quais forem (LIMA, 2022).

Ensinar a condição humana implica em questionar, primeiramente, a nossa posição no mundo. O ser humano faz parte de um todo: físico, biológico, psíquico, social e histórico. Inúmeras vezes é tratado por partes de modo isolado, como na educação, o ensino pela desconexão e fragmentação das disciplinas. É essencial promover o conhecimento originado das ciências naturais para situar a condição humana no mundo; dos conhecimentos derivados das ciências humanas, focando na multidimensionalidade e na complexidade humana. Ensinar a identidade terrena é o sentimento de pertencimento a uma terra só, significa unir concretamente as pátrias, mostrando que todos os seres humanos partilham de um mesmo destino (LIMA, 2022).

Enfrentar as incertezas é compreender a incerteza irremediável da história humana, é utilizar estratégias que possam enfrentar os imprevistos, deixando de lado a visão determinista da história humana. Ensinar a compreensão faz parte de uma necessidade urgente do planeta em todos os sentidos: a compreensão recíproca. Este é o grande desafio em meio a tanta ignorância: racismo, homofobia, exclusão generalizada e outros. Neste contexto, pensar a escola é pensar seu currículo como um caminho que se faz junto com outros, tudo da escola pode conduzir ou não à educação para a paz. Ensinar e aprender a compreensão é um caminho da humanização das relações humanas (LIMA, 2022).

Para a realização desta pesquisa, considerou-se a importância de ouvir professores, alunos, gestores e funcionários dos CEJAS de Fortaleza, isto é, a escola e o seu currículo na prática. A pesquisa foi realizada com o objetivo de se conhecer os CEJAS e de aprofundar o trabalho

de uma das escolas enquanto instituição de vivência pessoal. Optou-se em usar o inquérito por entrevista, utilizando-se questões abertas e flexíveis. Tais entrevistas trazem uma visão e conhecimentos sobre o trabalho realizado pelos CEJAS e, assim, foi possível entender melhor o funcionamento destes, em suas dinâmicas, currículo e realização de 108 projetos, que serviram de parâmetro para se compreender em profundidade as dinâmicas de trabalho dessas escolas e perceber melhor a realidade da instituição investigada (LIMA, 2022).

Os pontos tratados, depois da tabulação e análise de dados das entrevistas, foram: a formação e experiências dos professores, coordenadores, funcionários e alunos; o entendimento de quem faz a escola sobre educação para a paz; o CEJA na educação para a paz em suas potencialidades e fragilidades; o currículo e a educação para a paz; o alcance dos projetos e atividades; a participação nas atividades da escola e o sentimento de ser aluno do CEJA (LIMA, 2022).

O papel da escola é promover a aprendizagem e, assim, desenvolver o conhecimento. E através da manifestação do currículo do CEJA, é possível se ter uma visão de como isso acontece. O currículo se manifesta no atendimento personalizado, individualizado, diferente das escolas em que se têm uma turma de 30 alunos ou mais. Os depoimentos revelam interação e proximidade com o aluno, relações de amizade, cuidado e escuta, valorizando alegria, paz, cooperação, socialização, harmonia, respeito e crescimento, entre outros atributos (LIMA, 2022).

Percebe-se que a educação para a paz, segundo os entrevistados, é uma educação com a vivência dos valores humanos, como respeito ao outro e ao meio ambiente, aceitação das diferenças; enfim, é um atendimento personalizado, focado na necessidade do educando, longe dos padrões arcaicos do concurso, do vestibular, mas uma educação humanizada e cidadã (LIMA, 2022).

“Educação para a paz começa a partir da sala de aula”; a escola é, então, um espaço privilegiado para educar, e a sala de aula é o ambiente de vivência: ali se faz amizade, cria-se uma rotina de convivência, um vínculo com o conhecimento, e isso produz a aprendizagem (LIMA, 2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interessante notar o fato do segundo trabalho apresentado nos resultados acima se referir à investigação do primeiro trabalho, quatro anos após sua publicação. Observa-se aí um grau de sintonia entre as autoras no tocante aos seus propósitos de vida profissional e acadêmica, a disseminação da Cultura da Paz.

As pesquisas são permeadas por uma necessidade cada vez mais urgente de se rever antigos conceitos com relação à educação tradicional caracterizada por Paulo Freire como “educação bancária” e implantar a Cultura da Paz nas escolas, fazendo deste processo um exercício diário de diálogo, respeito ao outro e suas diferenças, ética e também empatia.

Vale ressaltar ainda que esta implantação não deve ocorrer de forma inequívoca ou aleatória e sim com extremo cuidado no tocante à formação dos educadores, objeto de estudo da pesquisa de Livia de Castro, pesquisa esta que foi estudada em profundidade por Maria Lima, em 2022. Não há dúvida que a Cultura da Paz é, mais do que uma expressão, uma necessidade urgente para quem de fato quiser tornar o mundo um lugar melhor para se viver.

Para finalizar, segue a reprodução de um texto lido em redes sociais, por ocasião da elaboração deste artigo, considerado um belo “acaso” para se colocar em prática em nosso cotidiano, uma vez que é preciso que cada um faça a sua parte para construir um ambiente de paz.

O Poder da Gentileza

Em um mundo apressado, onde tantos correm sem olhar para os lados, a gentileza parece, por vezes, um gesto esquecido. No entanto, como nos lembrou Chico Xavier, "a gentileza para com todos é o primeiro passo para a verdadeira grandeza do espírito".

Essa frase, simples em palavras, é profunda em verdade.

Ser gentil não é fraqueza. Ao contrário, é coragem. É escolher o amor mesmo diante da indiferença. É manter o coração limpo quando o mundo parece sujo. É enxergar o outro como irmão, mesmo quando ele não nos reconhece como tal.

Quantas vezes um sorriso salvou o dia de alguém? Quantas vezes uma palavra doce curou uma dor invisível? A gentileza transforma o ambiente, quebra muros, une almas. E quem é gentil não espera retorno — age por convicção, não por conveniência.

A grandeza do espírito não está em títulos, posses ou aplausos. Ela se revela nos pequenos gestos, nos detalhes do cotidiano, na forma como tratamos quem nada pode nos oferecer.

Se queremos um mundo mais leve, mais humano, mais iluminado, que cada um de nós seja esse início. Uma palavra amiga, um ouvido atento, um olhar compassivo — tudo isso é luz que espalhamos sem perceber.

Seja gentil. Sempre. Não porque o outro merece, mas porque você merece manter a sua paz.

No fim, é a gentileza que nos aproxima de Deus e revela a essência mais bonita que existe em nós: o amor. 😊

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Lucileide Leila Tavares Vale; JESUÍNO, Filipe Menezes; SILVA, Arnislane; SANTOS, Michelle Steiner. **A importância da Espiritualidade como construtora do processo de individuação.** Revista Pró-UniverSUS, v. 12, n. 1, Vassouras, 2021, p. 94-99.

CABRAL, João Robson. **Diálogo entre teístas e ateus na perspectiva de André Comte-Sponville.** Revista Interdisciplinar de Filosofia e Teologia: Dialogando. v. 1, n. 2. Quixadá, 2016, p. 37-53.

CARDOSO, Marcio Adriano; Da SILVA, Karine Quadros. **Paulo Freire: um referencial para a cultura de paz.** Revista Prâxis, v. 2, p. 9-14, 2013.

CASTRO, Livia Maria Duarte de. **Cultura de paz, extensão e formação de educadores: práticas de educação para a paz.** 2018.

COMTE-SPONVILLE, André. **O espírito do ateísmo: introdução a uma espiritualidade sem Deus.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2007.

FREIRE, Ana Maria. **Educação para a paz segundo Paulo Freire.** Revista Educação. Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PUC/RS, ano XXIX, n. 2, p. 387-393, mai./ago. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1986.

Godoy, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de administração de empresas, v. 35, p. 57-63, 1995.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Sextante, 1996.

INTELIGÊNCIA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto, 7Graus, 2021. Disponível em <https://www.dicio.com.br/inteligencia>. Acesso em: 29.07.2025.

JARES, Xesus Rodrigues. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática**. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002.

LIMA, Maria José Marques. **Contributos do currículo em prol de uma educação para a paz**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal).

MACEDO, Rosa Maria de Almeida. A Paz: reflexões em torno de um conceito. In: MATOS, Kelma S. L. de. (Org.). **Cultura de paz, ética e espiritualidade II**. Fortaleza: Editora UFC, 2011, p. 100-113.

MATOS, Kelma Socorro L. de. Vieira, S. L. **Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer**. Fortaleza: Edições Democrática Rocha, 2001.

MATSUSHITA, Luciana Silva Torres - **Inteligência espiritual e educação para a paz**. PLURA, Revista de Estudos de Religião, [S. l.], v. 13, n. 1, pg.117–130, 2022. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/2146>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MEC. **Cultura de paz: da reflexão à ação – balanço da década internacional da promoção da cultura de paz e não-violência em benefício das crianças do mundo**. Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010, 256 p.

MONTESSORI, Maria. **A educação e a paz**. 2014.

PUREZA, José Manuel. **Estudos sobre a paz e cultura da paz**. Nação e defesa, n. 95/96, p. 33-42, 2000.

SHINODA, Carol. **Propósito de vida: um guia prático para desenvolver o seu**. Benvirá, São Paulo, SP, Brasil, 2021.

SILVA, Lauren Manuela de Paula; GOTO, Tommy Akira. **Psicologia e espiritualidade na produção científica brasileira**. Revista de Estudos e Pesquisa da Religião: Lumen, v. 23, n. 2, Juiz de Fora, 2020, p. 39-49.

ZOHAR, Danah; MARSHAL, Ian. **Inteligência espiritual – QS: aprenda a desenvolver a inteligência que faz a diferença**. Tradução de Ruy Jungmann. 8. ed. Rio de Janeiro: Viva Livros, 2020.